



RUBRICA:

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 13/2026 – SEMAD

1.0. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem como objeto a locação de bens móveis, consistente na disponibilização temporária, sob demanda, de máquinas pesadas, caminhões basculantes, caminhão tipo prancha, caminhão 3/4 e equipamentos operacionais, para utilização por hora efetivamente utilizada em serviços de manutenção de estradas, recuperação de vias urbanas e rurais, apoio a obras públicas, transporte de materiais, mobilização de equipamentos e demais atividades de infraestrutura do Município de Vitorino Freire/MA, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	V. Unitário	V. Total
1	Caminhão 3/4, motor diesel 4 cilindros, potência máxima de 150 CV e PBT de 7.170 kg	h	660	R\$ 203,98	R\$ 134.626,80
2	Caminhão tipo prancha, com capacidade mínima de 23.000 kg para transporte de máquinas pesadas	h	660	R\$ 441,00	R\$ 291.060,00
3	Caminhão basculante com terceiro eixo, diesel, tração 6x2 e caçamba mínima de 12 m ³	h	2.640	R\$ 347,47	R\$ 917.320,80
4	Trator de esteiras, referência Caterpillar D6/2014 ou equipamento equivalente/superior	h	1.500	R\$ 507,93	R\$ 761.895,00
5	Escavadeira hidráulica com esteira e caçamba, referência Case X220B/2020 ou equivalente/superior	h	1.500	R\$ 479,78	R\$ 719.670,00
6	Motoniveladora, referência Case 845/2014 ou equipamento equivalente/superior	h	1.500	R\$ 460,67	R\$ 691.005,00
7	Pá carregadeira, referência Case W20E/2020 ou equipamento equivalente/superior	h	1.500	R\$ 414,45	R\$ 621.675,00
8	Retroescavadeira, referência Case 580M ou equipamento equivalente/superior	h	1.500	R\$ 315,00	R\$ 472.500,00
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					R\$ 4.609.752,60

1.2. A presente contratação abrange exclusivamente a disponibilização dos bens móveis locados em condições adequadas de uso, conservação, manutenção, documentação e segurança, não incluindo fornecimento de combustível, motorista ou operador pela contratada. O abastecimento, a condução e a operação direta dos equipamentos serão organizados pela Prefeitura Municipal de Vitorino Freire/MA, por meio de sua estrutura própria ou de pessoal por ela designado.

1.3. O objeto caracteriza-se como locação de bens móveis comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, tais como tipo de equipamento, capacidade, potência, unidade de medição, condições de funcionamento, manutenção, disponibilidade, documentação, segurança e forma de medição, admitindo-se processamento por prego, preferencialmente eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação deverá ser de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstradas a permanência da necessidade pública, a vantajosidade, a compatibilidade dos preços, a disponibilidade orçamentária, a regularidade da execução e a manutenção das condições de habilitação da contratada.



RUBRICA:

1.5. O instrumento contratual conterá o detalhamento das regras aplicáveis à vigência da contratação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

2.0. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação decorre de necessidade administrativa identificada no Documento de Formalização de Demanda nº 13/2026 e no Estudo Técnico Preliminar correspondente, nos quais se registrou que o Município de Vitorino Freire/MA enfrenta limitações operacionais relevantes decorrentes da insuficiência e inadequação de sua frota de máquinas e veículos para execução eficiente, contínua e segura de obras e serviços públicos essenciais.

2.2. As demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística - SINFRAL abrangem frentes de infraestrutura urbana e rural, manutenção de estradas vicinais, recuperação de vias, limpeza de áreas públicas, apoio logístico a obras municipais, movimentação e transporte de materiais, escavação, conformação de solo, nivelamento, carregamento e demais serviços correlatos que exigem equipamentos compatíveis com a natureza e a complexidade das atividades.

2.3. A limitação quantitativa, o desgaste e a indisponibilidade de equipamentos próprios podem ocasionar atrasos na execução de obras, aumento do tempo de resposta às demandas da população, paralisações recorrentes, elevação de custos indiretos, perda de produtividade e redução da capacidade operacional da Administração Municipal.

2.4. A contratação da locação sob demanda permite suprir a insuficiência da frota municipal sem impor à Administração a aquisição imediata de equipamentos de grande porte, evitando dispêndios permanentes com depreciação, guarda, manutenção continuada, reposição de peças, seguros e demais custos associados à propriedade integral da frota.

2.5. A necessidade possui caráter recorrente ao longo do exercício, pois as atividades de infraestrutura e logística não se limitam a evento pontual. Há demanda contínua por manutenção de vias, recuperação de acessos, apoio a obras públicas, limpeza urbana, transporte de materiais e resposta a situações supervenientes de interesse público.

2.6. A interrupção ou indisponibilidade desses serviços pode comprometer a trafegabilidade, o deslocamento de pessoas, o transporte escolar, o acesso a serviços públicos, o escoamento da produção local, a segurança das frentes de trabalho e a efetividade das ações municipais de infraestrutura.

2.7. A demanda não possui previsão formal no Plano de Contratações Anual, conforme informado no DFD. Contudo, a contratação decorre de planejamento administrativo alinhado à Lei Orçamentária Anual, às necessidades ordinárias do Município e à continuidade dos serviços públicos essenciais, sem prejuízo da programação para elaboração futura do PCA.

2.8. Dessa forma, a contratação encontra-se justificada pelos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, segurança operacional, razoabilidade e interesse público, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as informações constantes dos autos do processo.



RUBRICA:

3.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução escolhida consiste na locação de bens móveis, mediante contratação de empresa especializada para disponibilização temporária, sob demanda, de máquinas pesadas, caminhões e equipamentos operacionais, remunerada por hora efetivamente utilizada e aceita, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística – SINFRAL, do Município de Vitorino Freire/MA.

3.2. A contratação tem por finalidade suprir a insuficiência e a inadequação da frota municipal para execução contínua, eficiente e segura de serviços públicos essenciais de infraestrutura urbana e rural, manutenção de vias públicas, recuperação de estradas vicinais, limpeza urbana, movimentação de materiais, transporte de equipamentos, drenagem, terraplenagem, escavação, carregamento e apoio logístico às obras municipais.

3.3. Para fins de caracterização do objeto, a contratação constitui locação de bens móveis, pois envolve a cessão onerosa e temporária do uso de máquinas, caminhões e equipamentos pertencentes ou disponibilizados pela contratada, sem transferência de propriedade e sem contratação de mão de obra operacional. A obrigação principal da contratada é disponibilizar os bens em condições adequadas de funcionamento, conservação, segurança e manutenção, cabendo à Prefeitura a operação/condução e o abastecimento.

3.4. A opção pela locação sob demanda é adequada porque permite que a Administração acione apenas os equipamentos necessários a cada situação concreta, evitando imobilização de capital em aquisição de máquinas de alto custo, depreciação patrimonial, despesas permanentes de guarda, manutenção pesada, peças, seguros e risco de ociosidade. Ao mesmo tempo, preserva a flexibilidade para atendimento de demandas distribuídas entre sede, bairros, povoados, zona rural, vias urbanas, estradas vicinais e áreas públicas de difícil acesso.

3.5. A execução será vinculada ao Mapa de Apuração e ao Relatório de Cotação anexados ao processo, que dimensionam 08 (oito) itens efetivos, todos com unidade de medição em horas, abrangendo caminhão 3/4, caminhão prancha, caminhões basculantes, trator de esteiras, escavadeira hidráulica, motoniveladora, pá carregadeira e retroescavadeira, devendo os quantitativos ser tratados como estimativas máximas de planejamento, sem obrigação de consumo integral pela Administração.

Tabela 01 - Composição da solução conforme tabela própria do processo

ITEM	EQUIPAMENTO / VEÍCULO	QTD. ESTIMADA	FINALIDADE OPERACIONAL
GRUPO I - CAMINHÕES DE APOIO E TRANSPORTE			
1	Caminhão 3/4	660 h	Apoio operacional, transporte de materiais leves, deslocamentos de suporte e atendimento auxiliar das frentes de infraestrutura.
2	Caminhão tipo prancha	660 h	Transporte, mobilização e desmobilização de máquinas pesadas entre sede, zona rural, povoados, estradas vicinais, vias urbanas e áreas de intervenção.
GRUPO II - CAMINHÕES BASCULANTES			
3	Caminhão basculante com terceiro eixo	2.640 h	Transporte de solo, cascalho, entulho, resíduos de obras, materiais de aterro e apoio a serviços de recuperação de vias. Apoio simultâneo ou alternado às frentes de terraplenagem, recuperação de estradas e movimentação de materiais. Reforço da capacidade de transporte em frentes com maior volume de carga, descarga e remoção de materiais.
GRUPO III - MÁQUINAS PESADAS DE TERRAPLENAGEM, ESCAVAÇÃO E CARREGAMENTO			



RUBRICA:

ITEM	EQUIPAMENTO / VEÍCULO	QTD. ESTI-MADA	FINALIDADE OPERACIONAL
4	Trator de esteiras	1.500 h	Terraplenagem, abertura, recuperação e manutenção de áreas públicas, acessos, trechos críticos e serviços que exijam maior tração.
5	Escavadeira hidráulica com esteira e caçamba	1.500 h	Escavação, desassoreamento, abertura de valas, carregamento, drenagem e apoio a obras públicas.
6	Motoniveladora	1.500 h	Patrolamento, regularização de leito, conformação de vias, manutenção de estradas vicinais e nivelamento de superfícies.
7	Pá carregadeira	1.500 h	Carregamento e movimentação de materiais, entulhos, solos, agregados e apoio integrado a caminhões basculantes.
8	Retroescavadeira	1.500 h	Escavação, carregamento, abertura de valas, limpeza de drenagem, manutenção localizada e apoio a serviços de média complexidade.

3.6. A composição da solução deve ser interpretada em três eixos funcionais complementares. O primeiro eixo contempla os caminhões de apoio e transporte, destinados ao suporte operacional e ao deslocamento de máquinas pesadas entre frentes de serviço. O segundo eixo contempla os caminhões basculantes, necessários ao transporte de materiais, entulhos, cascalho, solo e resíduos decorrentes de obras e serviços de limpeza. O terceiro eixo contempla as máquinas pesadas de terraplenagem, escavação, carregamento e regularização de vias, indispensáveis às intervenções que exigem força, produtividade e capacidade técnica superior à frota ordinária do Município.

3.7. Os caminhões basculantes previstos no item 3 possuem a mesma função básica, mas sua repetição na tabela própria do processo é pertinente ao dimensionamento operacional, pois permite atendimento simultâneo ou alternado de frentes de serviço com grande volume de carga, descarga, remoção e recomposição de material. A Administração deverá controlar a utilização de cada item por ordem de serviço e saldo contratual, evitando duplicidade de medição ou acionamento superior ao necessário.

3.8. As máquinas pesadas previstas nos itens 4 a 8 formam o núcleo técnico da solução. O trator de esteiras atende serviços de maior exigência de tração e conformação de terreno; a escavadeira hidráulica atende escavações, desassoreamentos e carregamentos de maior porte; a motoniveladora atende patrolamento e regularização de leitos viários; a pá carregadeira atua no carregamento e movimentação de materiais; e a retroescavadeira atende intervenções localizadas, abertura de valas, manutenção de drenagem e apoio a serviços de menor ou média complexidade.

3.9. A contratação deverá ocorrer mediante licitação, preferencialmente por pregão eletrônico, por se tratar de locação de bens móveis comuns, com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva no Termo de Referência, no Mapa de Apuração, na pesquisa de preços e nos instrumentos de medição. A modelagem de disputa, adjudicação por item deverá ser confirmada na fase própria, considerando a economicidade, a competitividade, a logística de atendimento e a necessidade de controle operacional dos bens locados.

3.10. A execução de cada demanda deverá ser precedida de ordem de serviço expedida pela Administração, contendo, no mínimo, a identificação da unidade solicitante, o item a ser utilizado, o local da frente de trabalho, a finalidade pública, a data e o horário previstos, a estimativa de horas, o responsável pelo acompanhamento, as condições de acesso, as medidas de segurança e os critérios de medição e aceite.



RUBRICA:

3.11. A remuneração deverá observar a hora efetivamente utilizada, devidamente registrada e aceita pela fiscalização, vedado o pagamento por equipamento indisponível, parado por falha imputável à contratada, utilizado sem ordem de serviço, em quantidade superior à autorizada ou em desconformidade com a finalidade definida pela Administração. Quando houver paralisação, alteração de local, ocorrência climática, pane, mudança de frente ou restrição de acesso, o fato deverá ser registrado formalmente para fins de medição, glosa ou reprogramação.

3.12. A contratada deverá disponibilizar equipamentos em condições adequadas de conservação, funcionamento, segurança e produtividade, compatíveis com as especificações mínimas constantes do Mapa de Apuração, da pesquisa de preços e do Termo de Referência. A referência a marca, modelo ou ano constante da pesquisa deverá ser compreendida como parâmetro técnico de equivalência, admitindo-se equipamento equivalente ou superior quando expressamente permitido no instrumento convocatório e desde que não haja redução de desempenho, segurança ou capacidade operacional.

3.13. Caberá à contratada providenciar a disponibilização dos equipamentos locados, sua manutenção preventiva e corretiva, lubrificação, pneus ou esteiras, acessórios indispensáveis ao funcionamento, documentação regular, substituição por equipamento equivalente em caso de pane e demais providências necessárias à regularidade dos bens móveis disponibilizados, observadas as condições previstas no Termo de Referência e no contrato.

3.14. O fornecimento de combustível, bem como a disponibilização de operadores ou motoristas e a condução/operação direta dos equipamentos, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Vitorino Freire/MA, por meio de sua estrutura própria ou de pessoal por ela designado. Esses encargos não integram a obrigação principal da contratada e não poderão gerar cobrança adicional, salvo hipótese expressamente prevista e justificada em instrumento próprio.

3.15. A utilização dos equipamentos deverá restringir-se às finalidades públicas autorizadas, vedado o emprego em atividades estranhas ao objeto, em serviços particulares, em frentes não autorizadas ou sem acompanhamento administrativo. A fiscalização deverá manter controle individualizado por item, equipamento, localidade e período de execução, de modo a permitir rastreabilidade do serviço, controle de saldo e verificação da compatibilidade entre demanda, equipamento e resultado obtido.

3.16. O recebimento da locação deverá ocorrer por meio de conferência da ordem de serviço, registro de horímetro ou mecanismo equivalente, diário de utilização, relatório de execução, identificação do equipamento, indicação do operador ou motorista designado pela Administração quando cabível, registros fotográficos quando solicitados, aceite da unidade demandante e atesto do fiscal do contrato. A liquidação da despesa deverá ser condicionada à demonstração objetiva das horas efetivamente utilizadas, da conformidade do equipamento e da adequação do bem disponibilizado.

Parâmetros mínimos de execução, medição e aceite

EIXO DE CONTROLE	APLICAÇÃO NA SOLUÇÃO	EVIDÊNCIA / RESULTADO ESPERADO
Ordem de serviço	Acionamento formal por frente de trabalho, com item, equipamento, local, finalidade, estimativa de horas e responsável pelo acompanhamento.	OS autorizada antes da mobilização e vedação de utilização sem demanda formal.
Disponibilidade operacional	Máquinas, caminhões e equipamentos em condições de uso, conservação, segurança, documentação e produtividade, sem combustível ou operador pela contratada.	Checklist de equipamento, documentos, identificação do bem locado e aceite inicial da fiscalização.



RUBRICA:

EIXO DE CONTROLE	APLICAÇÃO NA SOLUÇÃO	EVIDÊNCIA / RESULTADO ESPERADO
Medição por hora utilizada	Pagamento vinculado às horas efetivamente utilizadas e aceitas, sem remuneração de equipamento indisponível, inoperante ou não autorizado.	Horímetro, diário de utilização, relatório de execução, registros de início/fim e atesto da fiscalização.
Mobilização e desmobilização	Transporte e reposicionamento das máquinas conforme necessidade de cada frente, observadas as condições contratuais e a programação da Administração.	Registro de origem/destino, rota ou localidade, equipamento transportado e autorização de deslocamento.
Substituição e correção	Correção tempestiva de pane, atraso, defeito, indisponibilidade, incompatibilidade técnica ou documentação irregular do equipamento.	Substituição sem ônus indevido, glosa por indisponibilidade e registro formal de ocorrência.
Segurança e meio ambiente	Utilização segura, com EPIs, sinalização, prevenção de vazamentos, controle de ruídos e adoção de medidas ambientais cabíveis.	Checklist de segurança, registros de ocorrência e adoção de medidas preventivas e corretivas.
Fiscalização e aceite	Conferência da conformidade entre Ordem de Serviço, equipamento disponibilizado, horas utilizadas, registros e documentação apresentada.	Relatório de execução, fotografias quando solicitadas, aceite do setor demandante e atesto do fiscal.

3.17. Em caso de defeito mecânico, pane, indisponibilidade do equipamento, descumprimento de prazo de mobilização, insegurança operacional do bem, documentação irregular, incompatibilidade técnica, vazamento, risco ao patrimônio público, risco aos usuários da via ou desempenho insuficiente, a Administração poderá recusar o equipamento, determinar a substituição, aplicar glosa proporcional e adotar as demais medidas contratuais cabíveis.

3.18. A solução também deverá observar requisitos de segurança operacional e sustentabilidade, incluindo uso de equipamentos em boas condições, prevenção de vazamentos de óleo e combustível, controle de ruídos e poeira quando cabível, destinação adequada de resíduos de manutenção, sinalização das áreas de utilização, proteção de pedestres, preservação de vias, redes públicas e bens municipais, além de respeito às normas de trânsito, segurança do trabalho e proteção ambiental aplicáveis.

3.19. Não se trata de contratação destinada a colocar mão de obra à disposição da Administração, nem de execução de obra ou serviço de engenharia por resultado específico. Trata-se de locação de bens móveis, com obrigações acessórias de disponibilização, manutenção, substituição, regularidade documental e suporte à utilização dos equipamentos, mantendo-se sob responsabilidade da Prefeitura a definição das frentes de trabalho, o abastecimento e a operação/condução.

3.20. Dessa forma, a solução escolhida apresenta aderência técnica à necessidade identificada, pois combina disponibilidade de equipamentos especializados, flexibilidade territorial, controle por ordem de serviço, medição objetiva, responsabilização da contratada pela regularidade dos bens locados, redução de ociosidade, capacidade de substituição e melhor adequação ao atendimento das demandas de infraestrutura urbana e rural do Município de Vitorino Freire/MA.

3.21. A descrição detalhada das obrigações da contratada, prazos de mobilização, condições de substituição, responsabilidades por manutenção, documentos dos equipamentos, critérios de medição, hipóteses de glosa, penalidades e rotinas de fiscalização deverá ser consolidada no Termo de Referência e na minuta contratual, em compatibilidade com este Estudo Técnico Preliminar, com a tabela própria do processo e com a legislação aplicável às contratações públicas, deixando expresso que combustível e operadores/motoristas ficarão por conta da Prefeitura.



RUBRICA:

4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. A contratação deverá observar práticas de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto, especialmente quanto à utilização de equipamentos em boas condições mecânicas, prevenção de vazamentos de óleo, graxa, fluídos hidráulicos e demais substâncias, redução de emissões excessivas e adoção de manutenção preventiva.

4.1.2. A contratada deverá manter os equipamentos em condições adequadas de funcionamento e segurança, evitando ruídos anormais, fumaça excessiva, vazamentos, falhas recorrentes, ausência de dispositivos de proteção ou qualquer condição que possa gerar risco ambiental, operacional ou à integridade de servidores, terceiros e bens públicos.

4.1.3. Resíduos provenientes de manutenção, substituição de peças, lubrificantes, pneus, filtros, mangueiras, baterias ou componentes similares deverão ser gerenciados pela contratada de forma ambientalmente adequada, observadas as normas aplicáveis e sem transferência indevida de custos ou passivos à Administração.

4.1.4. O descumprimento dos requisitos de sustentabilidade, segurança e funcionamento poderá ensejar recusa de utilização do equipamento, glosa das horas não executadas, determinação de substituição, registro de ocorrência e aplicação das sanções cabíveis.

4.2. Vistoria

4.2.1. Não será exigida vistoria prévia obrigatória como condição de participação no certame, a fim de preservar a competitividade e evitar restrição indevida ao universo de licitantes.

4.2.2. A licitante poderá, facultativamente, conhecer as condições gerais do Município, vias de acesso, áreas urbanas e rurais, possíveis frentes de serviço, distâncias, condições de deslocamento e demais elementos logísticos que possam influenciar a formação de sua proposta.

4.2.3. A ausência de vistoria não poderá ser utilizada posteriormente como justificativa para inadimplemento, atraso, cobrança adicional, recusa de execução ou desconhecimento das condições ordinárias de atendimento do objeto, desde que as demandas sejam formalizadas nos limites do contrato e das ordens de serviço.

4.3. Indicação de marcas, modelos e identificação dos equipamentos

4.3.1. Não há indicação de marca, fabricante ou modelo exclusivo pela Administração, as especificações foram definidas por desempenho, capacidade, potência, tipo, aplicação, condição de uso e demais requisitos técnicos mínimos necessários à execução do objeto.

4.3.2. A licitante deverá indicar, em sua proposta as informações mínimas de identificação dos equipamentos ofertados, tais como marca, modelo, ano, capacidade, potência, número de chassi ou série, placa quando aplicável, documentação de posse ou disponibilidade e demais elementos necessários à verificação de compatibilidade.

4.3.3. Não serão admitidas propostas com descrição genérica ou insuficiente que impeça a identificação do equipamento ofertado ou a conferência de sua compatibilidade com as especificações mínimas previstas neste Termo de Referência.

4.4. Documentos técnicos, laudos e comprovação de disponibilidade

4.4.1. Não haverá exigência de amostra física, por se tratar de locação de máquinas e veículos operacionais. Entretanto, a Administração poderá solicitar documentos, fotografias, fichas técnicas, catálogos, registros, certificados, comprovantes de propriedade, contrato de locação, declaração de disponibilidade ou documento equivalente para comprovar a aptidão do equipamento.



RUBRICA:

4.4.2. Antes da utilização, os equipamentos poderão ser vistoriados pela fiscalização ou por servidor designado, a fim de verificar condições de funcionamento, segurança, documentação, conservação, ausência de vazamentos e atendimento às especificações contratadas.

4.4.3. Equipamento incompatível, inseguro, sem documentação mínima, com avaria relevante, vazamento, falha operacional ou divergência em relação à proposta deverá ser recusado ou substituído pela contratada, sem ônus adicional para a Administração.

4.5. **Carta de solidariedade**

4.5.1. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, concessionária ou distribuidor para participação no certame, sem prejuízo da comprovação da disponibilidade e da capacidade técnica da licitante para fornecer os equipamentos nos termos do edital.

4.6. **Subcontratação**

4.6.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

4.6.2. Nas hipóteses de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.7. **Garantia da contratação**

4.7.1. Não será exigida garantia contratual, considerando a forma de execução sob demanda, a medição por hora efetivamente trabalhada, o pagamento posterior à execução, a possibilidade de glosa, a fiscalização permanente e a exigência de manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência do contrato.

4.7.2. A dispensa de garantia contratual não afasta a responsabilidade da contratada por danos, vícios, falhas, panes, indisponibilidade, inadequação dos equipamentos ou descumprimento das obrigações assumidas.

5.0. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução da locação será realizada de forma contínua e sob demanda durante a vigência contratual, mediante emissão de Ordens de Serviço pela Administração, observados os quantitativos estimados, os preços contratados, a programação de obras e serviços públicos, a disponibilidade orçamentária e o prazo mínimo de antecedência definido neste Termo de Referência.



RUBRICA:

5.2. Os equipamentos deverão ser disponibilizados em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço, em perfeitas condições de uso, conservação, segurança, limpeza, documentação e funcionamento, sem fornecimento de combustível, motorista ou operador pela contratada, ressalvada a obrigação de manter o bem locado apto à utilização.

5.3. A contratada deverá providenciar a disponibilização, mobilização, manutenção preventiva e corretiva, substituição, desmobilização e retirada dos equipamentos locados, assumindo os custos e riscos inerentes à regularidade dos bens disponibilizados. O abastecimento, a condução/operação e a gestão dos operadores ou motoristas caberão à Administração Municipal.

5.4. Em caso de alteração de frente de utilização, mudança de local, suspensão por motivo justificado, chuva intensa, restrição de acesso, pane, risco operacional ou fato superveniente, a Administração e a contratada deverão registrar formalmente a ocorrência e adotar as providências previstas no contrato, preservando a economicidade e a segurança.

5.5. A utilização dos bens locados deverá observar a finalidade pública definida pela Administração, de acordo com a natureza de cada frente de trabalho, sendo vedada a utilização de máquinas e veículos para finalidade particular, serviço não autorizado, deslocamento sem Ordem de Serviço ou atividade incompatível com o interesse público.

5.6. A Administração poderá exigir vistoria prévia do local, plano operacional simplificado, checklist de segurança, documentação dos equipamentos, identificação do operador ou motorista designado pela Prefeitura, relatório de mobilização e demais documentos necessários à utilização segura.

5.7. Para frentes de maior porte ou complexidade, a Administração poderá exigir reunião operacional prévia entre fiscalização e contratada, com apresentação do cronograma de execução, equipamentos a serem utilizados, responsáveis, rotas de deslocamento, pontos de apoio, riscos e providências de segurança.

5.8. A execução da locação deverá observar controle individualizado de saldo por item contratado, sendo vedada a emissão de Ordem de Serviço em quantidade superior ao saldo disponível ou para item diverso daquele efetivamente necessário.

5.9. A fiscalização poderá adotar formulário, diário de obras ou relatório de ocorrências para registro de atrasos, falhas mecânicas, substituições, interrupções, inconsistências de horímetro, danos, medidas corretivas e justificativas de glosa.

5.10. Quando houver necessidade de deslocamento por vias públicas, transporte de equipamentos, interdição parcial de via ou utilização próxima a áreas de circulação, a utilização dos bens locados deverá seguir orientação da Administração, observadas as regras de trânsito, sinalização e segurança, sem deslocamento não autorizado.

5.11. A Administração poderá realizar vistoria inicial e final dos locais atendidos, inclusive com registros fotográficos, para verificação de condições de execução, danos, limpeza, recomposição e conformidade com a ordem de serviço.



RUBRICA:

5.12. As ordens de serviço, comunicações, notificações e solicitações de correção poderão ser encaminhadas pelos meios oficiais definidos no contrato, assegurando rastreabilidade, confirmação de recebimento e registro das providências adotadas.

5.13. A execução será acompanhada por servidores designados por ato próprio da autoridade competente, responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, sem prejuízo da indicação de servidor ou equipe da unidade requisitante para acompanhamento presencial das frentes de trabalho.

5.14. A contratada deverá manter controle individualizado dos equipamentos disponibilizados, com indicação de item, quantidade, data, local, identificação do equipamento, horímetro ou odômetro inicial e final, horas utilizadas, paradas justificadas, ocorrência de manutenção e responsável pelo recebimento, podendo constar o operador ou motorista designado pela Administração quando necessário.

5.15. A contratada deverá atender prontamente às exigências da Administração relacionadas à regularização de falhas, substituição de máquinas, correção de documentação, recomposição do bem disponibilizado ou adoção de medidas de segurança.

5.16. O recebimento provisório ocorrerá mediante conferência preliminar da disponibilização e utilização dos equipamentos durante ou após a Ordem de Serviço, conforme a natureza do item e a forma de medição definida neste Termo de Referência.

5.17. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade da locação no período de medição, mediante atesto do fiscal ou gestor designado, conferência dos relatórios, registros de horas, notas fiscais, documentos técnicos e eventuais glosas.

5.18. Constatada desconformidade, a Administração comunicará a contratada para correção, substituição, complementação ou adoção de providências, sem prejuízo da retenção de pagamento, glosa proporcional, aplicação de sanções e responsabilização por danos.

5.19. O aceite da locação não exime a contratada de responder por vícios ocultos, falhas de manutenção, irregularidades documentais, danos causados a terceiros ou ao patrimônio público, riscos ambientais, acidentes ou inconsistências identificadas posteriormente quando decorrentes de fato imputável à contratada.

6.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Orientações Gerais

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as especificações do Termo de Referência, as ordens de serviço emitidas pela Administração e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. A execução contratual ocorrerá sob demanda, mediante emissão prévia de Ordem de Serviço pela Administração, na qual deverão constar, no mínimo, o item ou equipamento solicitado, o local de execução, a finalidade da utilização, o período estimado, a quantidade máxima de horas autorizadas, o responsável pelo acompanhamento e demais condições operacionais necessárias ao atendimento da demanda.



RUBRICA:

- 6.1.3. A contratada deverá disponibilizar as máquinas pesadas, caminhões basculantes, caminhão tipo prancha e demais equipamentos correspondentes aos itens adjudicados, em condições adequadas de funcionamento, conservação, segurança e produtividade, compatíveis com as especificações da contratação e com a finalidade pública a que se destinam.
- 6.1.4. A unidade de medição da contratação será a hora efetivamente utilizada, a ser aferida por equipamento e por item contratual, mediante controle de utilização, relatório de execução, registro de horímetro, odômetro, diário de utilização ou outro mecanismo equivalente aceito pela fiscalização contratual.
- 6.1.5. Não serão considerados para fins de pagamento os períodos de equipamento parado, indisponível, inoperante, em manutenção, aguardando correção de falhas imputáveis à contratada, em deslocamento não autorizado ou em qualquer situação que não corresponda à efetiva utilização previamente autorizada pela Administração.
- 6.1.6. Considerando a premissa do Mapa de Apuração, do Relatório de Cotação e do Estudo Técnico Preliminar, a contratação foi estimada sem fornecimento, por parte da empresa contratada, de combustível e de motorista ou operador. Caberá à contratada disponibilizar os bens móveis aptos ao uso, enquanto o abastecimento, a condução e a operação direta dos equipamentos serão organizados pela Administração.
- 6.1.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação, suspensão do contrato ou impossibilidade temporária de execução por motivo não imputável à contratada, o cronograma de atendimento poderá ser ajustado pelo período correspondente, com o devido registro formal nos autos, sem prejuízo da análise da Administração quanto aos efeitos sobre a medição, o pagamento e a continuidade dos serviços.
- 6.1.8. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para solicitação de providências, encaminhamento de ordens de serviço, registros de ocorrência, notificações, esclarecimentos e demais atos de gestão contratual.
- 6.1.9. As mensagens eletrônicas serão encaminhadas para o e-mail informado pela futura contratada na proposta ou em documento formal posterior, sendo responsabilidade da contratada manter canais de comunicação atualizados, monitorar suas caixas de mensagens e comunicar imediatamente qualquer alteração de endereço eletrônico, telefone, preposto ou meio oficial de contato.
- 6.1.10. A Administração poderá convocar representante ou preposto da contratada para adoção de providências imediatas, especialmente nos casos de indisponibilidade de equipamento, falha operacional, necessidade de substituição, divergência de medição, risco à segurança, descumprimento de ordem de serviço ou situação que possa comprometer a continuidade da frente de trabalho.
- 6.1.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar a contratada para reunião inicial, destinada à apresentação do plano de fiscalização, das rotinas de emissão de Ordens de Serviço, dos critérios de medição por hora utilizada, dos procedimentos de recebimento, dos registros mínimos exigidos, dos fluxos de comunicação, das obrigações contratuais e das sanções aplicáveis.
- 6.1.12. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser formalizados em processo específico, instruído com documentação comprobatória idônea, demonstração analítica da variação dos custos, memória de cálculo, análise técnica e decisão motivada da autoridade competente, vedada a concessão automática ou sem comprovação efetiva do impacto sobre a equação econômico-financeira do contrato.



RUBRICA:

6.1.13. Eventual pagamento antecipado relacionado à mobilização de equipamentos somente poderá ocorrer em hipótese excepcional, desde que expressamente admitido no instrumento convocatório ou contratual, devidamente justificado pela Administração e condicionado à emissão da respectiva Ordem de Serviço, à comprovação das providências de mobilização e à observância das garantias e cautelas legalmente cabíveis.

6.1.14. A liberação de qualquer valor não afastará a obrigação de execução integral do objeto, nem impedirá a Administração de promover glosa, retenção, compensação, apuração de responsabilidade ou adoção das medidas administrativas e legais cabíveis em caso de inexecução total ou parcial, atraso, indisponibilidade, improdutividade, desconformidade do equipamento ou descumprimento das condições pactuadas.

6.1.15. Os quantitativos previstos para cada item representam estimativas de planejamento e não geram obrigação de utilização integral pela Administração, que poderá solicitar os equipamentos conforme necessidade efetiva, disponibilidade orçamentária, programação das frentes de serviço e conveniência administrativa, respeitados os limites contratuais.

6.2. **Fiscalização do Contrato**

6.2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual consistem na verificação da conformidade da locação de bens móveis com as especificações do Termo de Referência, da proposta vencedora, da planilha contratual, das Ordens de Serviço e das demais condições pactuadas, especialmente quanto à disponibilização dos equipamentos, condições operacionais dos bens locados, medição das horas utilizadas, registros de execução e regularidade da prestação.

6.2.2. A fiscalização será exercida por representante ou representantes da Administração formalmente designados, nos termos dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021, podendo contar com apoio técnico quando a natureza do equipamento, da frente de serviço ou da medição exigir análise especializada.

6.2.3. A fiscalização deverá verificar, dentre outros aspectos:

6.2.3.1. cumprimento da Ordem de Serviço emitida pela Administração;

6.2.3.2. compatibilidade entre o equipamento disponibilizado e o item contratado;

6.2.3.3. condições de funcionamento, conservação, segurança, documentação e adequação operacional das máquinas, caminhões e equipamentos;

6.2.3.4. identificação do equipamento, incluindo placa, chassi, número de série, marca, modelo ou outro elemento de controle aplicável;

6.2.3.5. registro de início e término da utilização, local de execução, frente de serviço atendida e responsável pelo acompanhamento;

6.2.3.6. quantidade de horas efetivamente utilizadas e sua compatibilidade com os controles de medição;

6.2.3.7. regularidade dos registros de horímetro, odômetro, diário de bordo, boletim de utilização ou instrumento equivalente;

6.2.3.8. produtividade, disponibilidade e ausência de paralisações injustificadas ou falhas recorrentes;

6.2.3.9. realização de manutenção, substituição ou correção de equipamento quando constatada improdutividade, defeito, risco de segurança ou desconformidade;

6.2.3.10. observância da premissa de não fornecimento, pela contratada, de combustível, motorista ou operador, cabendo à Administração o abastecimento, a condução e a operação dos equipamentos;



RUBRICA:

- 6.2.3.11. cumprimento das normas de segurança aplicáveis à disponibilização e utilização dos equipamentos;
- 6.2.3.12. regularidade dos relatórios, documentos fiscais e demais registros exigidos para medição, recebimento e pagamento.
- 6.2.4. O fiscal do contrato poderá:
 - 6.2.4.1. registrar ocorrências no processo de acompanhamento da execução;
 - 6.2.4.2. solicitar correções, ajustes, esclarecimentos e documentação complementar;
 - 6.2.4.3. exigir a substituição de equipamento incompatível, defeituoso, inseguro, indisponível ou improdutivo;
 - 6.2.4.4. determinar a suspensão de uso de equipamento que apresente risco à segurança ou desconformidade relevante;
 - 6.2.4.5. glosar horas, utilizações ou valores não comprovados, não autorizados ou executados em desacordo com o contrato;
 - 6.2.4.6. comunicar ao gestor do contrato fatos que possam ensejar sanção, rescisão, alteração, reequilíbrio, retenção de pagamento ou adoção de providências administrativas.
- 6.2.5. A fiscalização poderá utilizar, para fins de controle e comprovação da execução:
 - 6.2.5.1. ordens de serviço;
 - 6.2.5.2. checklists de disponibilidade e conformidade dos equipamentos;
 - 6.2.5.3. boletins de medição por item e por equipamento;
 - 6.2.5.4. diário de execução ou diário de utilização;
 - 6.2.5.5. registros fotográficos ou audiovisuais;
 - 6.2.5.6. relatórios de horímetro, odômetro ou controle equivalente;
 - 6.2.5.7. formulários de ocorrência e notificações;
 - 6.2.5.8. relatórios de acompanhamento das frentes de serviço e atestos dos responsáveis locais.
- 6.2.6. A contratada deverá manter preposto ou representante formalmente indicado, com poderes para receber comunicações, prestar esclarecimentos, acompanhar as demandas, coordenar providências de substituição ou correção e responder pela interface operacional com a Administração durante toda a execução contratual.
- 6.2.7. A Administração poderá promover glosa total ou parcial dos valores medidos quando constatadas horas não comprovadas, equipamento indisponível, defeito não sanado, improdutividade injustificada, descumprimento da Ordem de Serviço, substituição não autorizada, divergência entre o item contratado e o equipamento disponibilizado, ausência de registros mínimos, paralisação imputável à contratada ou qualquer situação que comprometa a qualidade, a continuidade, a segurança, a finalidade pública ou o resultado esperado da execução contratual.
- 6.2.8. O descumprimento das obrigações contratuais poderá ensejar, observados o contraditório e a ampla defesa:
 - 6.2.8.1. glosa de valores;
 - 6.2.8.2. advertência;
 - 6.2.8.3. multa;
 - 6.2.8.4. impedimento de licitar e contratar, quando cabível;
 - 6.2.8.5. declaração de inidoneidade, quando cabível;



RUBRICA:

6.2.8.6.responsabilização por danos causados à Administração ou a terceiros;

6.2.8.7.demais sanções administrativas, civis e contratuais previstas na legislação e no instrumento contratual.

6.3. **Gestor do Contrato**

6.3.1. O gestor do contrato coordenará o processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo histórico formal da execução contratual, com ordens de serviço, registros de ocorrências, medições, atestos, notificações, alterações, prorrogações, eventuais glosas e demais documentos necessários à adequada gestão do ajuste.

6.3.2. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, inclusive as ocorrências relacionadas à disponibilidade dos equipamentos, à medição das horas utilizadas, à qualidade da execução e às providências adotadas, informando à autoridade superior os fatos que ultrapassarem sua competência.

6.3.3. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho, liquidação e pagamento, anotando no relatório de riscos eventuais os problemas que possam obstar o fluxo regular da despesa ou comprometer a continuidade da execução contratual.

6.3.4. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao desempenho na execução contratual, às medições atestadas, às não conformidades identificadas e às penalidades eventualmente aplicadas.

6.3.5. O gestor adotará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização, quando cabível, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou encaminhará os fatos ao agente, comissão ou setor competente para apuração.

6.3.6. O gestor deverá acompanhar o saldo contratual por item, evitando extrapolação dos quantitativos estimados, pagamentos sem cobertura contratual, utilização sem Ordem de Serviço ou medição sem documentação comprobatória suficiente.

6.3.7. O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos da contratação, a efetividade da solução, a execução dos quantitativos, a adequação dos preços, as ocorrências relevantes e eventuais medidas de aprimoramento para contratações futuras.

6.3.8. O gestor deverá encaminhar ao setor competente a documentação necessária à liquidação e ao pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, observados os limites contratuais, os registros de medição e as condições estabelecidas no contrato.

7.0. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. **Regras Gerais de Medição e Pagamento**

7.1.1. Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, vinculados à efetiva disponibilização e utilização dos equipamentos, em conformidade com as solicitações realizadas pela Administração, as ordens de serviço emitidas e os critérios de recebimento e aceitação previstos no Termo de Referência e no contrato.

7.1.2. A medição será realizada por item e por equipamento, com base nas horas efetivamente utilizadas e regularmente atestadas pela fiscalização, aplicando-se o valor unitário contratado para cada item ao quantitativo de horas aceitas no período de medição.

7.1.3. A existência de quantitativo estimado na planilha contratual não obriga a Administração a utilizar integralmente as horas previstas, nem autoriza pagamento sem solicitação formal, sem execução comprovada ou sem atesto da fiscalização.



RUBRICA:

7.1.4. Não serão objeto de pagamento horas não autorizadas, não comprovadas, glosadas, executadas por equipamento diverso sem autorização, realizadas em desconformidade com a Ordem de Serviço ou decorrentes de paralisações, defeitos, improdutividade ou atrasos imputáveis à contratada.

7.2. **Recebimento Provisório**

7.2.1. Após o período de medição da locação, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, acompanhada da documentação comprobatória da disponibilização e utilização, que deverá incluir, no mínimo:

- 7.2.1.1. Nota Fiscal com discriminação clara do item, do equipamento, do período de execução, da quantidade de horas medidas, do valor unitário contratado e do valor total correspondente;
- 7.2.1.2. Ordem de Serviço emitida pela Administração;
- 7.2.1.3. boletim de medição, relatório de utilização ou documento equivalente, individualizado por item e por equipamento;
- 7.2.1.4. registro de horímetro, odômetro, diário de bordo, controle de horas ou outro mecanismo aceito pela fiscalização;
- 7.2.1.5. identificação do equipamento disponibilizado, com placa, chassi, número de série, marca, modelo ou outro dado de controle aplicável;
- 7.2.1.6. indicação do local de execução, frente de serviço atendida, data, horário de início e término e responsável pelo acompanhamento;
- 7.2.1.7. registros fotográficos, formulários de ocorrência, atestos locais ou demais documentos exigidos pela fiscalização, quando necessários à comprovação da execução.

7.2.2. O fiscal designado realizará o recebimento provisório no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da apresentação completa da documentação, após conferência e análise preliminar para verificação de:

- 7.2.2.1. conformidade da documentação apresentada com as exigências contratuais;
- 7.2.2.2. compatibilidade entre os equipamentos disponibilizados, os itens contratados e as especificações do Termo de Referência;
- 7.2.2.3. compatibilidade entre as horas medidas, os controles de utilização e a execução efetivamente autorizada;
- 7.2.2.4. inexistência de falhas, irregularidades, improdutividade, paralisações injustificadas ou inconformidades aparentes na disponibilização e utilização dos equipamentos.

7.2.3. Por ocasião da análise, será lavrado termo circunstanciado ou registro equivalente, assinado pelo fiscal, indicando a conformidade ou as não conformidades identificadas. Caso sejam constatadas irregularidades ou pendências, a contratada será notificada por escrito para saná-las, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sob pena de rejeição parcial ou total dos serviços, glosa de valores e aplicação das sanções cabíveis.

7.3. **Recebimento Definitivo**

7.3.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação detalhada da regular execução contratual da locação e da documentação apresentada.



RUBRICA:

- 7.3.2. Para fins de recebimento definitivo, deverão ser verificados, dentre outros aspectos:
- 7.3.2.1. execução conforme a Ordem de Serviço;
 - 7.3.2.2. conformidade dos equipamentos disponibilizados com as especificações contratadas;
 - 7.3.2.3. correção dos registros de horas, boletins de medição e relatórios de utilização;
 - 7.3.2.4. regularidade da disponibilização dos bens locados, inclusive quanto à disponibilidade, produtividade e segurança operacional;
 - 7.3.2.5. adequação dos valores faturados aos preços unitários contratados e às horas efetivamente atestadas;
 - 7.3.2.6. inexistência de pendências que impeçam a liquidação da despesa.

7.3.3. Após a verificação final, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo ou atesto equivalente, certificando o cumprimento das obrigações da contratada no período de medição, sendo esse documento condição indispensável para a liquidação da despesa.

7.4. **Prazos e Controvérsias**

7.4.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa, quando houver necessidade de diligências adicionais, conferência complementar de registros, esclarecimentos sobre medição ou apuração de divergências quanto à execução.

7.4.2. Em caso de controvérsia quanto às horas medidas, à conformidade do equipamento, ao local de execução, à documentação apresentada ou à regularidade da prestação, a Administração comunicará formalmente as divergências à contratada, que deverá apresentar esclarecimentos ou sanar inconsistências no prazo fixado, podendo ser suspenso o pagamento da parcela controvertida até a resolução definitiva, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.5. **Responsabilidade da Contratada**

7.5.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela adequada disponibilização dos equipamentos, nem sua obrigação de corrigir, substituir ou regularizar, às suas expensas, quaisquer falhas, defeitos, irregularidades, improdutividades ou desconformidades identificadas na execução contratual.

7.5.2. A contratada responderá pelos danos causados à Administração ou a terceiros quando decorrentes de defeito, inadequação, manutenção insuficiente, indisponibilidade indevida, descumprimento contratual ou outra conduta a ela imputável, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e demais medidas cabíveis.

7.6. **Liquidação**

7.6.1. Após o recebimento da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente acompanhado da documentação exigida e do atesto da fiscalização, a Administração verificará a conformidade dos documentos e autorizará a liquidação da despesa no prazo previsto no instrumento convocatório ou contratual.

7.6.2. A Nota Fiscal deverá conter informações suficientes para sua conferência, incluindo:

- 7.6.2.1. identificação do contrato, número do processo, órgão contratante e período de referência da medição;
- 7.6.2.2. discriminação clara de cada item utilizado, com descrição do equipamento, unidade de medida e especificações relevantes;



RUBRICA:

- 7.6.2.3. quantidade de horas efetivamente atestadas, valor unitário contratado, valor total por item e valor total da fatura;
- 7.6.2.4. referência à Ordem de Serviço, boletim de medição ou relatório de utilização correspondente;
- 7.6.2.5. identificação das partes, com nome, CNPJ, endereço e demais dados cadastrais necessários;
- 7.6.2.6. dados bancários para pagamento;
- 7.6.2.7. série, número e data da Nota Fiscal, bem como demais informações fiscais e tributárias exigíveis.

7.6.3. Havendo erro, inconsistência, ausência de documentação, divergência de valores, pendência fiscal ou necessidade de esclarecimento, o prazo de liquidação ou pagamento será suspenso até a efetiva regularização pela contratada, sem ônus para a Administração.

7.6.4. O pagamento ficará condicionado à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, à manutenção das condições de habilitação, ao atesto da execução, à disponibilidade orçamentária e à inexistência de impedimento legal ou contratual.

7.6.5. Poderá haver retenção, compensação ou glosa de valores em caso de irregularidades, pendências, aplicação de sanções, danos apurados, descumprimento contratual ou medição controvertida.

7.6.6. Toda a documentação relativa à execução, medição, recebimento, liquidação e pagamento deverá ser arquivada no processo administrativo para fins de controle, auditoria, transparência e prestação de contas.

8.0. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento de menor preço por item, observadas as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

8.2. A adoção do julgamento por item decorre do parcelamento do objeto, uma vez que cada equipamento possui função operacional própria, unidade de medição autônoma, preço individualizado, possibilidade de execução independente e mercado potencial de fornecedores compatível com a disputa isolada.

8.3. O agrupamento obrigatório em lote único poderia restringir indevidamente a competitividade, ao exigir que uma única empresa disponha simultaneamente de toda a frota indicada na planilha, abrangendo máquinas e caminhões com características distintas. A adjudicação por item amplia a participação de empresas especializadas e pode favorecer a obtenção de preços mais vantajosos.

8.4. A proposta deverá conter descrição compatível com este Termo de Referência, identificação do item, unidade de medição, quantidade, valor unitário por hora, valor total, indicação do equipamento ofertado quando exigido e declaração de atendimento às especificações mínimas.

8.5. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à disponibilização regular dos bens móveis locados, inclusive manutenção preventiva e corretiva, lubrificação, pneus ou esteiras, acessórios indispensáveis ao funcionamento, regularização documen-



RUBRICA:

tal, substituição, tributos, encargos, seguros obrigatórios, mobilização, desmobilização e demais despesas incidentes sobre a disponibilidade dos equipamentos, excluídos o fornecimento de combustível, motorista ou operador, que ficarão sob responsabilidade da Administração Municipal.

8.6. Os documentos para fins de Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, serão aqueles comumente exigidos na Lei 14.133/2021, conforme descrito no edital.

8.7. Para fins da comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira** será exigido a comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), a serem analisados a parti das demonstrações contábeis na forma do edital.

8.8. A empresa deve ainda apresentar os demais documentos exigidos no edital.

8.9. Não haverá exigência de apresentação de Garantia de Proposta.

8.10. Quanto a Qualificação Técnica a empresa deverá apresentar:

8.10.1. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, emitidos em nome da licitante, que comprovem a execução anterior de contratação compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, especialmente quanto à locação, disponibilização, mobilização, manutenção, substituição e suporte logístico de máquinas pesadas, caminhões basculantes, caminhão tipo prancha, caminhão 3/4 ou equipamentos operacionais correlatos.

8.10.2. Os atestados apresentados deverão demonstrar experiência compatível com o item para o qual a licitante apresentar proposta, considerando a natureza parcelada do objeto. Será admitida a comprovação por meio de locação ou disponibilização de equipamentos iguais, similares ou de capacidade operacional equivalente ou superior aos previstos no Termo de Referência, tais como trator de esteiras, pá carregadeira, motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, caminhão basculante, caminhão tipo prancha, caminhão 3/4 ou outros equipamentos utilizados em atividades de infraestrutura, manutenção de estradas, terraplenagem, movimentação de solo, transporte de materiais ou apoio a obras públicas.

8.10.3. A compatibilidade técnica deverá ser aferida de forma objetiva, considerando a natureza do equipamento, sua finalidade operacional, porte, capacidade de execução, regime de utilização e pertinência com o item disputado, não sendo exigida identidade absoluta de marca, modelo, ano de fabricação ou especificação comercial, desde que comprovada a aptidão da licitante para atender à necessidade administrativa com equipamento compatível com as exigências do edital.

8.10.4. A licitante deverá apresentar declaração formal de que disporá, por ocasião da contratação, dos equipamentos, veículos, ferramentas, estrutura de apoio, meios de mobilização e desmobilização, manutenção preventiva e corretiva, capacidade de substituição em caso de pane ou indisponibilidade e demais recursos necessários à adequada disponibilização dos bens móveis locados, conforme as especificações do Termo de Referência, as Ordens de Serviço e as demandas efetivamente autorizadas pela Administração.



RUBRICA:

8.10.5. Considerando que a contratação tem por finalidade a locação de bens móveis por hora utilizada, a licitante deverá declarar que os equipamentos disponibilizados estarão em condições regulares de funcionamento, conservação, segurança, documentação e produtividade, cabendo à contratada assegurar sua aptidão operacional durante todo o período de execução contratual.

8.10.6. O fornecimento de combustível, a disponibilização de motorista ou operador e a condução/operação direta dos equipamentos não integram o encargo da contratada. Assim, a exigência de qualificação técnica não poderá ser interpretada como obrigação de fornecimento desses insumos ou profissionais, devendo a comprovação restringir-se à capacidade da empresa para disponibilizar, manter, substituir e dar suporte aos bens móveis locados.

8.10.7. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, desde que os documentos apresentados sejam compatíveis com o objeto ou com o item disputado e permitam aferir, de forma objetiva, a aptidão da empresa para executar a contratação pretendida, especialmente quanto à disponibilidade de equipamentos, regularidade da prestação, cumprimento de prazos, atendimento sob demanda e capacidade de suporte à execução contratual.

8.10.8. Não serão aceitos atestados genéricos, incompletos ou desacompanhados de elementos mínimos de verificação, especialmente aqueles que não permitam identificar o objeto executado, o contratante, o período de execução, o local da prestação, os equipamentos disponibilizados, os quantitativos executados, o regime de medição ou a compatibilidade com o item para o qual a licitante apresentar proposta.

8.10.9. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade, a suficiência e a compatibilidade dos atestados apresentados, podendo solicitar, quando necessário, contratos, notas fiscais, ordens de serviço, relatórios de medição, registros de horas utilizadas, controles de horímetro, relatórios de execução, comprovantes de mobilização, registros fotográficos, comprovantes de pagamento, endereço e contatos do contratante, bem como outros documentos aptos a confirmar a experiência declarada.

8.10.10. Quando a experiência apresentada envolver atividades correlatas de infraestrutura, manutenção de estradas, terraplenagem, transporte de materiais, apoio a obras públicas ou movimentação de solo, a Administração deverá verificar se os equipamentos efetivamente disponibilizados guardam pertinência com o item disputado, admitindo-se a comprovação por objetos equivalentes, desde que demonstrada a capacidade operacional da licitante para atender ao objeto contratado.

8.10.11. A licitante deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições de execução do objeto, assumindo inteira responsabilidade pela adequação técnica, logística e operacional dos equipamentos disponibilizados, pelo cumprimento das Ordens de Serviço, pela observância dos prazos de atendimento, pela manutenção das condições de funcionamento e pela substituição tempestiva dos equipamentos que apresentarem falhas, panes, irregularidades ou desempenho incompatível com a finalidade contratada.



RUBRICA:

8.10.12. A exigência de qualificação técnica deverá ser interpretada em conformidade com a natureza divisível e parcelada da contratação, de modo que a comprovação seja proporcional ao item disputado, evitando-se restrições indevidas à competitividade e assegurando, ao mesmo tempo, que a Administração contrate empresas efetivamente aptas a disponibilizar máquinas, caminhões e equipamentos compatíveis com as demandas de infraestrutura e logística do Município.

9.0. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo máximo aceitável para a presente contratação será de R\$ 4.609.752,60 (quatro milhões, seiscentos e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos), conforme Mapa de Apuração e Relatório de Cotação de Locação de Máquinas Pesadas anexados aos autos, elaborados com base em pesquisa de mercado realizada em 27/05/2026, com aplicação do método de média aritmética dos preços obtidos, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

9.2. A planilha atual contempla 10 (dez) itens, todos medidos em horas, totalizando 11.460 (onze mil quatrocentas e sessenta) horas estimadas. Os quantitativos constituem teto referencial para fins de planejamento, disputa e execução contratual, não representando obrigação de consumo integral pela Administração.

10.0. DOS BENEFÍCIOS A ME/EPP

10.1. A contratação observará o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei Complementar nº 147/2014 e do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à regularização fiscal e trabalhista e à preferência em caso de empate ficto, quando cabível.

10.2. Considerando que os itens do Mapa de Apuração possuem valor estimado superior a R\$ 80.000,00, não se identifica item de contratação destinado exclusivamente à participação de ME/EPP pelo critério de valor.

10.3. Também não se mostra adequada a criação de cota reservada, pois o objeto foi estruturado por item autônomo de locação de equipamento, com medição por hora, responsabilidade integral pela disponibilidade técnica e necessidade de execução coordenada conforme ordens de serviço. A divisão adicional da mesma unidade funcional poderia comprometer a gestão, a medição e a responsabilização contratual.

10.4. A ausência de cota exclusiva ou reservada não afasta a participação de ME/EPP nos itens da licitação, tampouco impede a fruição dos benefícios legais aplicáveis, desde que a licitante declare sua condição e comprove o atendimento aos requisitos de enquadramento previstos na legislação.

11.0. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, conforme dotação orçamentária a ser indicada pela unidade competente antes da celebração do contrato.



RUBRICA:

Vitorino Freire – MA, 28 de maio de 2026.

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

ORLANDO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Aprovo o presente Termo de Referência.

Josué Lima de Alencar

Secretário Municipal de Administração